



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

TALITA CAMILO DA SILVA

**EDUCAÇÃO INFANTIL E PANDEMIA: Práticas Pedagógicas no Período
Pandêmico**

**Mamanguape-PB
2023**

TALITA CAMILO DA SILVA

**EDUCAÇÃO INFANTIL E PANDEMIA: Práticas Pedagógicas no Período
Pandêmico**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - Campus IV, elaborada para a conclusão de curso, sob as orientações da professora Dr^a Sabrina Grisi Pinho de Alencar.

Mamanguape-PB

2023

TALITA CAMILO DA SILVA

**EDUCAÇÃO INFANTIL E PANDEMIA: Práticas Pedagógicas no Período
Pandêmico**

Trabalho de conclusão de curso submetido à Banca Examinadora designada pelo Curso de Graduação em Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção de grau em Licenciatura em Pedagogia.
Orientadora: Prof^a Dr^a Sabrina Grisi Pinho de Alencar

BANCA EXAMINADORA


Prof^a. Dr^a. Sabrina Grisi Pinho de Alencar - DED/CCAЕ/UFPB(Orientadora)

Documento assinado digitalmente

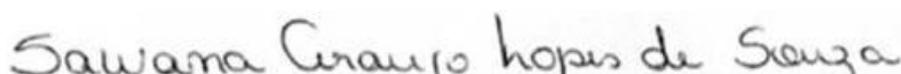


FRANCISCA TEREZINHA OLIVEIRA ALVES

Data: 06/06/2024 20:56:24-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof^a. Dr^a.Francisca Terezinha Oliveira Alves - DED/CCAЕ/UFPB (Examinador 1)


Prof^a. Dr^a. Sawana Araújo Lopes de Souza - DED/CCAЕ/UFPB (Examinador 2)

**MAMANGUAPE-PB
2023**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

5586e Silva, Talita Camilo da.
Educação infantil e pandemia : práticas pedagógicas
no período pandêmico / Talita Camilo da Silva. -
Mamanguape, PB, 2023.
37 f.

Orientação: Sabrina Grisi Pinho de Alencar.
TCC (Graduação) - UFPB/CCAE.

1. Educação infantil. 2. Pandemia do Coronavírus. 3.
Práticas pedagógicas. 4. Covid-19. I. Alencar, Sabrina
Grisi Pinho de. II. Título.

UFPB/CCAE

CDU 37.013.2

AGRADECIMENTOS

A **Deus** por nunca ter me deixado desistir, por todo amor, zelo, bondade e graça a mim concedida, por sempre acreditar que eu posso conquistar o melhor.

Aos meus **pais Ana e Valdomiro**, e meus irmãos, por todo amor e apoio. Em especial a minha mãe por ser o meu maior e melhor exemplo de força e garra.

Ao meu esposo **Sillas**, por sempre me apoiar, encorajar e sempre estar ao meu lado.

A minha amiga **Raphaella**, por todo apoio desde sempre. Juntas desde o primeiro ano na UFPB a pessoa que nunca me deixou desistir.

Aos pastores **Eguion** e **Gerlane** por todas orações feitas por mim.

Aos meus familiares próximos que sempre estiveram aqui me apoiando.

A minha orientadora, a prof^a Dr^a **Sabrina Grisi**, por me incentivar a continuar, por todo apoio e carinho a mim ofertados. Por não me deixar desistir e me acolher com seu olhar tão humano.

Ao único e soberano Deus, o qual põe sonhos em nossos corações e o mesmo realiza, infinitamente mais do que pedimos ou pensamos. O qual sempre esteve aqui mostrando que com Ele somos mais do que vencedores. Ebenezer!

Dedico.

RESUMO

A presente pesquisa teve por objeto de estudo discorrer acerca de um momento ímpar na vida da sociedade, o período da pandemia do novo coronavírus na Educação Infantil, a primeira etapa da educação básica, entre os anos de 2020 a 2022. A pandemia que era prevista para dias, durou anos, fez com que a sociedade fosse se adaptando ao “novo normal”, e mesmo depois desses anos ainda restam resquícios de todo esse processo. O objetivo geral desta pesquisa é compreender a repercussão e resultados da pandemia da covid-19 nas práticas pedagógicas instituídas na Educação Infantil no período pandêmico na Paraíba. Identificando quais práticas pedagógicas foram adotadas pelos professores na primeira etapa no período da pandemia da Covid, cotejando estudos científicos que tenham se voltado para as práticas pedagógicas nesses dois últimos anos na Paraíba. A pesquisa se desenvolveu por meio de uma pesquisa bibliográfica com análises de TCC 's relacionados ao tema, vinculados ao banco de dados da Biblioteca Central da UFPB, dentro do curso de pedagogia. Em decorrência do período pandêmico, o Ministério da Educação (MEC) lançou uma portaria nº 343 de 17 de março de 2020, onde lançava a substituição das aulas presenciais pelo ensino remoto. A realidade educacional no contexto pandêmico trouxe inúmeras mudanças e adaptações para o cenário Educacional, o fechamento das escolas e o distanciamento social são algumas delas. Por isso, é de extrema importância rever as práticas utilizadas para que possam auxiliar de maneira positiva no processo de ensino e aprendizagem, sendo necessário contextualizar sobre a criança da Educação Infantil, e também como sobre como as instituições se adaptaram às atividades visando compreender novas práticas realizadas durante a pandemia. Desta forma, visamos entender a concepção de criança e infância por meio de alguns escritores; o fazer docente nesse período de coronavírus; quais práticas foram adotadas para que o aprendizado fosse ativo e efetivo e como se deu as interações com a criança nesse período remoto. Com o resultado das pesquisas podemos perceber a importância da relação das interações da comunidade escolar. Os recursos lúdicos é um ponto extremamente importante nesse processo, um bom conhecimento da turma também faz com que o professor tenha êxito. Utilizar as ferramentas de uma maneira mais humanizada e fazer a utilização delas de uma maneira dinâmica foi um ponto chave para o sucesso de alguns métodos e práticas de ensino.

Palavras - chave: Educação infantil. Pandemia do Coronavírus. Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

The aim of this research was to discuss a significant period in societal life, the period of the new coronavirus pandemic in Early Childhood Education, the first stage of basic education, between the years 2020 and 2022. The pandemic, which was initially expected to be short-lived, lasted for years, made society adapt to the “new normal”, and even after these years there are still remnants of the entire process. The primary objective of this research is to comprehend the impact and outcomes of the COVID-19 pandemic on the pedagogical practices established in Early Childhood Education during the pandemic period in Paraíba. Identifying which pedagogical practices were adopted by teachers in the first stage during the Covid pandemic period, comparing scientific studies that have focused on pedagogical practices in the last two years in Paraíba. The research was developed through bibliographical research with analysis of completion of course works related to the topic, linked to the UFPB Central Library database, within the Pedagogy Course. Due to the pandemic situation, the Ministry of Education (MEC) launched ordinance No. 343 of March 17, 2020, which launched the replacement of in-person classes with remote teaching. The educational reality in the pandemic context has brought numerous changes and adaptations to the educational scenario, the closure of schools and social distancing are some of them. Therefore, it is extremely important to review the practices used so that they can positively assist in the teaching and learning process, and it is necessary to contextualize the child in Early Childhood Education, as well as how institutions have adapted to activities in order to understand new practices carried out during the pandemic. In this way, the aim is to understand the concepts of children and childhood through some writers; teaching during this period of coronavirus; what practices were adopted so that learning could be active and effective and how the interactions with the child took place during this remote period. With the results of the research we can see the importance of the relationship between interactions within the school community. Play-based resources are an extremely important point in this process, good knowledge of the class also makes the teacher successful. Utilizing tools in a more humane manner and in a dynamic way was a key point for the success of some teaching methods and practices

Keywords: Early Childhood Education. Coronavirus Pandemic. Pedagogical practices.

LISTA DE SIGLAS

CNE Conselho Nacional de Educação

UFPB Universidade Federal da Paraíba

CREI Centro de Referências em Educação Infantil

OMS Organização Mundial de Saúde

UFPB Universidade Federal da Paraíba

PNNE/PB Plano Novo Normal para a Educação da Paraíba

SUMÁRIO

RESUMO	9
LISTA DE SIGLAS	11
1.INTRODUÇÃO	12
2. DISCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	16
2.1 Caracterização da Educação Infantil	16
2.2 A Educação Infantil segundo as normativas para oferta durante a pandemia	21
3. COVID-19: EDUCAÇÃO NO PERÍODO PANDÊMICO- CENÁRIO PARAIBANO	23
4. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA	26
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	29
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	34

1. INTRODUÇÃO

Muitas mudanças ocorreram no mundo e no Brasil nos últimos três anos (2020 a 2022) em decorrência da pandemia da Covid-19, e no cenário educacional não foi diferente. Então este estudo tende a dialogar com a tríade infância, criança e interações em tempos de pandemia.

A tríade Infância, Criança e Interações na Educação Infantil enfrentam desafios únicos durante o período de pandemia, e as estratégias adotadas buscaram equilibrar a continuidade do aprendizado com o cuidado com o bem-estar emocional e social das crianças. Durante esse período foi possível analisar como cada elemento dessa tríade foi afetado:

Na **Infância** tivemos mudanças na rotina e estabilidade, pois a Infância é uma fase crucial do desenvolvimento, e as mudanças abruptas nas rotinas diárias, o isolamento social e o isolamento social a ansiedade associada à pandemia pode ter impactado o senso de estabilidade das crianças. Tivemos impactos também nas experiências de socialização, onde as restrições de distanciamento social afetaram as experiências típicas de socialização das crianças na Educação Infantil. Jogos em grupo, atividades coletivas e interações presenciais foram limitados. Da mesma forma, as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento foram alteradas devido ao fechamento de escolas e à transição para o ensino remoto. Nesse período surge ainda a necessidade de adaptação, o que para crianças pequenas é mais difícil, devido a dificuldade em entender as mudanças repentinas e se adaptar a novas formas de aprendizagem. A transição para o ensino remoto exige esforços extras para manter um ambiente seguro e acolhedor.

Para a **Criança** os desafios foram no aprendizado remoto, com a necessidade de se adaptar a novas tecnologias, a falta de interações sociais presenciais e a dependência dos pais ou responsáveis para orientação. Sabemos que crianças pequenas podem ter dificuldade em se desenvolver em atividades virtuais por longos períodos. Com isso, educadores e pais tiveram que desenvolver estratégias criativas para manter o interesse e a participação ativa. Um outro impacto para as crianças foi no Bem-Estar Emocional, onde a incerteza, o isolamento e as mudanças na vida cotidiana abalaram o emocional e psicológico das crianças. A atenção à saúde mental infantil tornou-se uma preocupação central, e dar suporte emocional tornou-se uma prioridade.

Nas **interações na Educação Infantil no Período de Pandemia** tivemos as mudanças nas dinâmicas escolares, na qual as interações entre crianças e educadores foram alteradas significativamente com o fechamento das escolas físicas. O desafio foi manter um ambiente de aprendizagem significativo e apoiar o desenvolvimento emocional através de meios virtuais. Desse modo, as práticas pedagógicas precisam ser alinhadas à nova realidade.

Outro ponto afetado, foi o papel dos pais nas interações educativas, onde nesse novo cenário os pais são chaves importantes nesse processo, pois desempenharam o papel fundamental no apoio ao aprendizado de seus filhos, sendo facilitadores do Ensino Remoto. Muitos pais precisaram se familiarizar com ferramentas digitais e plataformas online utilizadas para o ensino remoto, fornecendo apoio técnico aos seus filhos. Criar um ambiente propício para a aprendizagem em casa, incluindo espaço tranquilo e organizado, é uma responsabilidade importante dos pais. A comunicação regular com os educadores tornou-se crucial. Os pais participaram de reuniões virtuais, trocas de e-mails e mensagens para entender as expectativas, o progresso acadêmico e o desenvolvimento de seus filhos. Se tornando colaboradores com os educadores na execução de atividades propostas para garantir a continuidade do aprendizado. Oferecendo de igual modo todo o apoio e suporte no bem-estar emocional de seus filhos.

No dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia pelo Coronavírus, sendo este um vírus de alta transmissão. Em 20 de março de 2020, o Congresso Nacional aprovou o Decreto legislativo que reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública (BRASIL, 2020). Vale ressaltar que cada estado definiu planos e tempos diferentes para quando começaria e terminaria o ensino remoto, e aqui nos interessa observar como se deu essa relação entre essa tríade e as práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil. Para nortear o processo investigativo partimos das seguintes questões, a saber: - Como ficou o tempo da criança na pandemia? Que espaços as crianças frequentavam e que deixaram de frequentar nesse período ou foram reformulados para o seu acesso virtualmente? Que práticas pedagógicas foram adotadas nesse período de ensino remoto?

Poderíamos aqui iniciar com muitas outras questões que geraram inúmeras discussões. No entanto, é pertinente apontar, que muitas regras, práticas e formas de lecionar se reconfiguraram, sendo de conhecimento de todos que já vivenciaram no

dia a dia e agora vivem a consequência atualmente. Por isso, este estudo pretende explicitar a repercussão e resultado da pandemia nas práticas pedagógicas no ensino infantil. É possível dizer que no pós-pandemia temos uma nova geração de crianças e uma nova maneira de lidar, ensinar, educar e brincar com essa nova geração, novas práticas pedagógicas.

Com isso podemos compreender que as crianças são seres que precisam do intermédio do corpo docente para entender o seu lugar na sociedade. E serem compreendidas a partir de si próprias e não do que ainda virão a ser. Sarmiento (2013) discorre sobre a concepção de criança de acordo com Jean Piaget (1896-1980), sendo a criança um ser humano que está em processo contínuo de aprendizagem, absorção de conhecimento, consciência moral, evoluindo também a capacidade relacional, vivendo dia após dia a fase de desenvolvimento em que percorre várias etapas de natureza biopsicológica.

A criança não é, definitivamente, o adulto imperfeito e imaturo, mas é o outro do adulto, isto é, entre criança e adulto há uma relação não de incompletude, mas de alteridade. Por outro lado, o desenvolvimento é sempre social e culturalmente produzido. Nesse sentido, a crítica sociológica à concepção piagetiana da infância assume as críticas produzidas do interior da própria psicologia do desenvolvimento a uma visão tendencialmente associal e acultural das concepções piagetianas, ao biologismo da visão de maturação e crescimento e ao caráter teleológico e universal das fases de desenvolvimento infantil” (BURMAN, *et al.* 2013, p.19).

Se estamos tratando da infância e dos sujeitos que vivem esse período de nossa vida humana, o olhar se volta para a prática pedagógica realizada com as crianças de 4 e 5 anos, considerando a pré-escola, nesses dois três anos (2020-2022) do período da pandemia da Covid 19. Partindo dessa premissa Barbosa (2010, p.1) vai nos apresentar práticas pedagógicas como uma “dimensão da educação, cuja finalidade é historicamente determinada e abrange práticas formativas, durante as quais ocorrem processos de socialização, transmissão, divulgação e apropriação de conhecimentos historicamente produzidos por grupos humanos e classes sociais diversas”. Sendo assim, a atividade educacional do(a) professor(a) de Educação Infantil precisa ser compreendida a partir da relação teórico-prática, assumida como uma relação recíproca, em que a prática é referência vital para a organização do pensamento teórico de todo professor, mas que, ao mesmo tempo, não pode ocorrer isolada desse processo de análise e síntese proporcionada pelo ato cognoscitivo.

De acordo com Barbosa (2010) podemos inferir que a teoria não está dissociada da prática educativa e ao constituírem suas práticas pedagógicas, os professores podem analisar e compreender esse processo e seus desdobramentos numa perspectiva ampla, crítica e criativa assumindo uma metodologia de trabalho, fazendo escolhas quanto ao direcionamento dos processos e atividades necessárias para o desenvolvimento do trabalho no cotidiano na instituição de Educação Infantil. Por este motivo é perceptível a reciprocidade no processo de ensino-aprendizagem, pois o docente consegue aplicar a teoria e receber os resultados a partir da prática das crianças.

Vale ressaltar que o Brasil é um país com muita diversidade, principalmente social, com isso muitas crianças não têm acesso a creches e pré-escolas, situação que se agravou com a pandemia, na qual as famílias de baixo nível socioeconômico precisava desse espaço educativo e não puderam ter acesso, também continuam com dificuldade após a necessidade do ensino remoto, já que não tinham como dar esta possibilidade para seus filhos. Também foi um momento muito difícil para os docentes, pois no início não tiveram muito tempo para aprender sobre os novos meios necessários para mediar o processo de educar e cuidar durante a pandemia. Depois foi necessário se manter atualizado sobre o meio tecnológico para melhor atender os seus alunos. Ressaltando que no ensino público este processo foi mais demorado já que o governo não tinha condições de proporcionar os materiais necessários como computador, internet e celular para todas as crianças.

Desta forma, **o objetivo geral** deste trabalho é compreender a repercussão e resultados da pandemia da covid-19 nas práticas pedagógicas instituídas na Educação Infantil no período pandêmico na Paraíba. Com essa intenção dois são os objetivos específicos traçados: 1) Identificar através dos tcc analisados quais práticas pedagógicas foram adotadas pelos professores na primeira etapa no período da pandemia da Covid 19; e 2) Cotejar estudos científicos que tenham se voltado para as práticas pedagógicas nesses três últimos anos na Paraíba. **Dividido em dois capítulos**, sendo que o primeiro é dividido em quatro subcapítulos, o primeiro trata-se da Caracterização da Educação infantil, sua especificidade em foco, cuja a intenção é apresentar aquilo que distingue a primeira etapa da Educação Básica da sua subsequente; o segundo A Educação Infantil segundo as normativas para oferta durante a pandemia; o terceiro onde é destinado para compreensão de como se deu esse período de pandemia e o quarto fala das práticas pedagógicas adotadas na

educação infantil no período de pandemia. O segundo capítulo apresenta o caminho da pesquisa, intitulado "Escolhas metodológicas na investigação da pesquisa; O desejo é que o presente texto nos aproxime, apesar de tudo que nos distanciou nestes últimos três anos.

Devido à abrangência do assunto, delimitou-se o escopo desta investigação. Assim sendo, optou-se pelo estudo da tríade infância, criança e as interações em tempos de pandemia. Quais práticas pedagógicas foram adotadas para condução das aulas desde o início da pandemia da Covid-19.

Esta pesquisa de abordagem qualitativa apresenta um estudo do tipo bibliográfico, fazendo uma análise de TCC vinculados ao banco de dados da biblioteca central da UFPB, vinculados ao curso de pedagogia. Para sua realização será preciso recorrer à busca de artigos que tratam acerca do tema, (Educação Infantil e Pandemia: Práticas Pedagógicas desenvolvidas no período pandêmico), com recorte temporal entre os anos de 2020 a 2023, em função do cenário epidemiológico.

Sendo possível contextualizar a especificidade da Educação Infantil, sua importância para o olhar sensível durante a pandemia da Covid-19, compreensão do papel da criança, desenvolvimento infantil, quais foram as práticas adaptadas durante a pandemia que garantiu o direito de brincar das crianças. Desta forma será evidenciado durante a leitura a singularidade da Educação Infantil vivida durante a pandemia e contextualizada pelo desenvolvimento infantil, valorização do professor, quais práticas pedagógicas realizar com as crianças.

2. DISCURSO TEÓRICO - METODOLÓGICO

2.1 Caracterização da Educação Infantil

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, e compreende a educação de crianças, com idades entre 0 e 5 anos. Sendo esse o primeiro contato que a criança tem com a experiência escolar e engloba uma importante fase da infância.

Falar da creche ou da educação infantil é muito mais do que falar de uma instituição, de suas qualidades e defeitos, da sua necessidade social ou da sua importância educacional. É falar da criança. De um ser humano, pequenino, mas exuberante de vida. (DIDONET, 2001).

Com o início do capitalismo e a revolução industrial, os chefes das famílias vendiam a mão de obra das esposas e alguns casos de seus filhos para aumentar a renda da família, com o aumento de mulheres trabalhando fora, surgiu a preocupação de com quem deixar seus filhos, na época, a única opção que algumas mães tinham era deixar seus filhos, com as chamadas “mães mercenárias”, que eram mulheres que por não quererem trabalhar nas fábricas optaram por cuidar dos filhos das operárias, essas mulheres adotavam o método do canto, memorização de rezas e bons hábitos. A alta demanda de procura por essas mães fez com que os cuidados se tornassem cada vez mais precários em decorrência da quantidade das mesmas e isso acarretou violência e maus tratos. Em 1769 nos Estados Unidos e na Europa surgiram as primeiras instituições onde as crianças seriam assistidas de uma maneira diferente, seriam bem cuidadas e protegidas enquanto suas mães trabalhavam.

Em 1816, Robert Owen iniciou várias reformas sociais e fundou o INSTITUTO PARA FORMAÇÃO DE CARÁTER na Escócia, que era organizado em três níveis: o 1º que era a escola infantil para crianças entre 3 e 6 anos; o 2º que atendia crianças entre 6 e 10 anos e por fim, o 3º que era oferecido durante a noite e atendia alunos dos 10 aos 20 anos.

Já em 1873, na Alemanha, Froebel criou o JARDIM-DE-INFÂNCIA o qual se constituía em um centro de jogos organizado segundo os princípios froebelianos, destinado a crianças menores de 6 anos. O objetivo das atividades nos jardins-de-infância era possibilitar brincadeiras criativas. As atividades e o material escolar eram

determinados de antemão, para oferecer o máximo de oportunidades de tirar proveito educativo da atividade lúdica.

No ano de 1907 houve a inauguração da Primeira Casa dei Bambini, a primeira escola e creche a utilizar do método montessoriano, e direcionado para os filhos e filhas da classe trabalhadora romana.

No Brasil, a Educação Infantil é responsabilidade prioritária dos municípios, muitos dos quais possuem sistemas de ensino próprios, com legislação específica voltada à criação, credenciamento e funcionamento das instituições. No entanto, conforme já estabelecido desde a Constituição Federal (BRASIL, 1988), esse trabalho precisa contar “com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado” (Inciso VI do Artigo 30), assumindo a União o papel de “garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios” (Art 211). Os estudos da infância perpassam e perpassam o fenômeno social (SARMENTO 1997) e também histórico.

Em 1989, com a aprovação pelas Nações Unidas da Convenção dos Direitos das Crianças, elas passam a ser consagradas de forma clara e extensa em um conjunto de direitos fundamentais, próprios e inalienáveis. Alguns indicadores vão nos trazer fatores importantes sobre a importância crescente da infância na sociedade atual, o principal deles é o indicativo no aumento da esperança de vida e da regressão da taxa de fecundidade. Sarmento e Pinto vão nos dizer que “o mundo acordou para a existência das crianças no momento em que elas existem em menor número relativo” (SARMENTO 1977, p. 11).

Mas essa proclamação não foi suficiente para garantir melhores condições de vida para as crianças, pois é notório que as crianças são o grupo mais afetado pelos conflitos contemporâneos das guerras, dos indicadores de pobreza. Houve também um crescimento significativo a prostituição associada ao “turismo sexual”, crianças em situações de rua e vulnerabilidade econômica se tornam mais vulneráveis a essa situação. Boa parte da culpa deste cenário se dá às inconstâncias da agenda política da infância (SGUITTA, 1997).

O que se entende por infância é muito paradoxal, seja no discurso público ou na controvérsia de diferentes perspectivas de imagens e concepções de infância. Calvert identifica:

As crianças são importantes e sem importância; espera-se delas que se comportem como crianças mas são criticadas nas suas infantilidades; é suposto que brinquem absorvida mente quando lhes diz para brincar, mas não se compreende porque não pensam em parar de brincar quando se lhes diz para parar; espera-se que sejam dependentes quando os adultos preferem a dependência, mas deseja-se que tenham um comportamento autónomo; deseja-se que pensem por si próprias, mas são criticadas pelas suas 'soluções originais para os problemas" (POLLARD, 1985:39).

A temática da infância destacou-se tanto nos debates, discursos e ações políticas, quanto no campo das mídias, como em programas televisivos e um outro fator responsável por ter despertado esse interesse é o ingresso precoce das crianças no universo do trabalho.

Essas diferentes visões e concepções sobre a infância são vistas até em relação aos limites etários que se definem o ser criança, enquanto para alguns a infância começa quando a criança nasce, existe a investigação cada vez mais intensa onde evidencia que o limite etário da criança começa ainda mesmo na formação pré-natal e na vida no útero materno. Existe também uma problemática acerca dos limites etários para determinação do fim da infância, mas para esse problema a tradição jurídica inaugurada pela convenção dos direitos da criança considera como criança até os 18 anos de idade, salvesse nos termos da lei. Piaget vai estabelecer a diferença entre os períodos pré-operatório, operatório e concreto das operações formais, o que vai além de fazer coincidir os limites.

É importante deixar o olhar de adulto um pouco de lado e olhar pelas lentes das crianças, isso nos permite descortinar fenômenos sociais que não seria possível com olhar do adulto.

Por razões históricas, políticas, sociais e culturais não há uma concepção única sobre a infância, todas as concepções tidas sobre a infância foram se modificando ao longo dos anos, dado as condições de indiferença e desigualdade que marcam a trajetória da infância. Mesmo com todas as descobertas e evoluções e apesar da ideia de criança como cidadã de direito, a história da infância sempre foi marcada por uma marginalidade em todas as áreas.

Inicialmente é necessário fazer uma distinção entre os termos de criança e infância, sendo: Criança um ser que sempre existiu desde o início da humanidade, já a infância foi uma construção social datada nos séculos XVII e XVIII. Por este motivo Kramer (1995) vai nos dizer que a infância não é só entendida como o oposto da fase

adulta, mas está associada aos papéis de desempenhos dessas crianças nos seus contextos familiares à luz de uma construção histórica e social e se diferenciam de acordo com a posição que essa criança e de sua família na estrutura socioeconômica de uma dada sociedade, pois a infância é sempre contextualizada.

A condição histórica revela uma enorme distância entre o mundo infantil real vivido pela criança imersa no seu cotidiano, e o mundo ideal de criança feliz. “um mundo onde cada criança deve "ser " ou "ter " é diferente daquele onde ela vive, ou no mais das vezes sobrevive” (PRIORE, 2000,p.8).

A concepção que temos hoje sobre a infância era inexistente antes do século XVI e então podemos falar da invenção da infância como algo visto a partir dos séculos XVII e XVIII.

Phippe Áries (1981) vai nos trazer uma concepção pertinente sobre o campo de pesquisa da “infância”, analisando algumas pinturas, antigos diários, igrejas, túmulo chegou à conclusão que durante a Idade Média não havia o conceito de Infância, isso dado a ausência do sentimento da infância, de modo que as crianças eram reconhecidas e tratadas como adultos em miniaturas e a vida era relativamente igual para todas as idades. Essa concepção era evidenciada nas altas taxas de mortalidade infantil e nas práticas ocultas de assassinatos de crianças, mesmo sendo um crime severamente punido pelas autoridades da época. A noção de infância que se tinha correspondia aos primeiros anos de vida da criança, tudo isso só reforça o sentimento de desvalorização da vida infantil até o século XVII.

Com o advento da Idade Moderna, a criança e a infância passam a ter importância e centralidade por meio de dois fatores: a valorização e a garantia de sua educação escolar. Desse modo a criança passa a ocupar um lugar de afeição e atenção na família e possui um dos seus direitos garantidos. Então podemos afirmar que na concepção de infância nasceu com o desenvolvimento da sociedade capitalista urbano-industrial. “Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) [...] na sociedade burguesa [...] ela precisa ser cuidada e preparada para atuação futura” (KRAMER, 1995, p. 19).

Os movimentos moralizadores promovidos pelas reformas religiosas implicaram em um novo olhar sobre a criança e sua aprendizagem, a ideia era educar as crianças de diferentes condições sociais mediante novos métodos de educação, porém esse direito a educação favoreciam apenas as crianças da classe burguesa,

enquanto as crianças pobres foram destinadas a instituições assistenciais ou ao trabalho, por isso podemos dizer que o conceito de infância é determinado pelas diferentes formas de organização da sociedade.

Entre os séculos XVII e XIX a maioria das crianças foram alocadas em instituições educativas, onde possuía dois tipos de atendimentos: os atendimentos de caráter assistencial que eram voltados para as funções de cuidados às crianças pobres, de baixo poder aquisitivo, como creches e orfanatos; e os atendimentos de caráter pedagógico que eram destinados às crianças das classes nobres, como jardins-de-infância.

A história da Educação Infantil no Brasil passou por diversas mudanças no que se diz respeito aos direitos e deveres e do que é ser criança. Por muitos anos perdurou a ideia que a criança era uma miniatura humana, pois a educação dos mesmos era de responsabilidade dos adultos, e assim as crianças copiavam gestos e comportamentos. No decorrer dos séculos essa concepção foi se dissolvendo e em meio aos seus avanços e retrocessos as crianças finalmente se encontram na posição de cidadãos com seus direitos e deveres garantidos por lei.

No Brasil os estudos sobre a infância se assenta sobre o olhar das pesquisas de Mary Del Priore(1999), onde a autora aponta dois marcos históricos na construção da concepção da infância brasileira: A ausência de vida privada da família em decorrência da grande situação de pobreza que se encontrava no país e a chegada tardia da escolarização. Na primeira metade do século XX, o movimento a favor da infância se fortaleceu e então surge o Movimento das Escolas Novas, que defende a ênfase no caráter lúdico das atividades, a valorização dos interesses e necessidades das crianças e a defesa da ideia do desenvolvimento natural.

Em 1959 a ONU promulga a declaração dos direitos da criança, vinte anos depois de ser legitimada em 193 países entra em vigência no nosso país, é possível ainda constatar que, a partir da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da criança e do adolescente de 1990 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a criança passa a ter direitos e é então integrada a noção de desenvolvimento integral, englobando seus aspectos afetivos, cognitivos, motores e sociais.

2.2 A Educação Infantil segundo as normativas para oferta durante a pandemia.

A partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil pode-se diferenciar a Educação Infantil do Ensino Fundamental, pois na primeira denota o protagonismo infantil, diferentes linguagens são feitas de uma forma não escolarizada, não atrelada a um conteúdo. Já no Ensino Fundamental as crianças vão participar, vão ter protagonismo e vão ver as diferentes linguagens, mas vai ter isso de forma atrelada à conteúdo e com o objetivo de promoção do ensino, então os campos de experiência na BNCC (2018) mostra que na Educação Infantil se promove vivências para as crianças, e no ensino fundamental se propõem o ensino sistematizado que o aluno precisa ter de acordo com cada país e critério mínimo de desenvolvimento e aprendizagem.

Contextualizando as leis que regem e especificam a Educação Infantil, alguns destes documentos oficiais são a Constituição Federal (BRASIL, 1988), que determina pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, criada com a finalidade de orientar a educação brasileira. Na LDB (9.394/96) podemos encontrar no que diz respeito à Educação Infantil, prevê na LDB (9.394/96) sua finalidade sendo ela o desenvolvimento pleno da criança até os 6 anos de idade, sendo oferecida para crianças em creches e pré-escolas. Reforça também que a avaliação é apenas para registro do desenvolvimento e não a fim de promover para o Ensino Fundamental. Além de citar outros assuntos importantes que envolvem os profissionais da EI, educação especial e entre outros. Determina que o estado deve oferecer às crianças o atendimento em creche e pré-escola para crianças de 0 a 5 anos, pública, gratuita, especificando ser sem requisito e de qualidade, além de citar as outras regras que defendem o direito à educação das crianças, discriminando então o direito que toda criança deve desfrutar, também servindo como base para os programas que foram criados posterior a CF (BRASIL, 1988).

Na pandemia surgiram novos decretos, devido ao acelerado contágio do vírus da Covid-19 os gestores aprovaram medidas emergenciais, parecer e resolução a fim de garantir o direito à educação a todos, para que diminuísse a contaminação do vírus da Covid-19 durante as aulas presenciais. Foi então necessário o início do ensino remoto. A medida provisória nº 934/2020 de 1º de abril de 2020 (Diário Oficial da União – 2020), estabeleceu que a educação básica não precisa cumprir os dias letivos efetivos de trabalho escolar, desde que fosse cumprido a carga horária mínima anual. O Conselho Nacional de Educação foi responsável por orientar as novas diretrizes curriculares nacionais, a serem adotadas pelos sistemas de ensino. Entre 28 de abril

de 2020 e 5 de agosto de 2021, parecer e resolução foram publicados, com o intuito de orientar como reagir, lidar e adaptar a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da Pandemia.

Para garantir a oferta de qualidade a construção dos direitos a Educação Infantil perpassou muitos desafios, assim como falta de financiamento, inclusão em políticas públicas, organização dos sistemas educacionais, falta de articulação entre as políticas sociais e políticas da Educação Infantil, formação continuada dos docentes, estruturação da educação, orientações curriculares, critérios de qualidade, diagnóstico/avaliações de desempenho, porém a partir desses pontos citados é possível perceber relação com os documentos criados ao longo dos anos para solucionar esses problemas e garantir o direito à educação para as crianças. Não é um estudo final, estático, está sempre em constante atualização e melhora para trabalhar em conjunto com a realidade e qualidade que as crianças merecem.

3 COVID-19: EDUCAÇÃO NO PERÍODO PANDÊMICO- CENÁRIO PARAIBANO

A chegada da pandemia no nosso país, evidenciou um descompasso entre as diferentes esferas do poder público. Então, várias medidas precisam ser tomadas por parte do governo federal para que os impactos da pandemia pudessem ser minimizados.

Com a crise pandêmica global, a quarentena foi instalada mundialmente, e no Brasil não foi diferente. No mês de fevereiro, o Brasil tem o diagnóstico do primeiro caso da COVID-19 e em 17 de março o Ministério da Educação aprova a substituição das aulas presenciais por aulas remotas emergenciais com o apoio dos meios digitais devido às medidas de afastamento social declaradas em diversos Estados do país (**Brasil, 2020**).

O governo e a população tiveram de se enquadrar no novo ritmo de vida com a organização do *Home Office*, com o comércio e as escolas fechadas, estas com atividades unicamente remotas com auxílio dos professores. O deslocamento permitido era apenas emergencial (**Gandra, 2020; Queiroga, 2020; Vercelli, 2020**). Através da crise pandêmica houve a instauração de novas crises, sendo elas econômicas, psicológicas, educacionais e em todos os sentidos da vida, pois mudanças bruscas ocorreram (**Alves, 2020**). Neste capítulo daremos ênfase ao cenário paraibano.

No campo da educação, um dos sintomas dessa desarticulação foi a polêmica sobre a data de retorno às escolas. As divergências entre as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e as medidas adotadas pelos municípios. Várias cidades programaram nesse mesmo ano um retorno para as aulas presenciais.

Na Paraíba, por exemplo, o governo divulgou um plano de retorno das aulas presenciais na escolas, onde não definiu uma data prevista para o retorno dessas aulas, o PLANO NOVO NORMAL PARA A EDUCAÇÃO DA PARAÍBA (PNNE/PB), tratando de um retorno gradativo das turmas e uma possível alocação dos estudantes em atividades remotas, mesmo durante o retorno das aulas presenciais, Os responsáveis pelos estudantes menores de idade e os estudantes maiores de 18 anos podiam optar pelo retorno às atividades presenciais ou se manterem apenas com atividades não presenciais, sem prejuízo do cumprimento das atividades didático-pedagógicas que forem aplicadas.

Esse decreto foi publicado em 25/09/2020, logo após essa divulgação a situação de propagação do vírus foi se tornando cada vez mais complicada e cada vez foi ficando mais distante o sonho do retorno das aulas presenciais.

Na Paraíba, o governo decretou a antecipação das férias escolares em todas as escolas da rede estadual de ensino como medida de prevenção a disseminação do novo coronavírus.

Após esse período, em abril de 2021, o regime especial de aulas começou a ser implantado na rede pública de ensino, por meio de aulas em vídeo, gravadas, disponibilizadas em plataformas virtuais. Durante esse período também foram implementadas atividades complementares elaboradas pelos docentes, em consonância com os documentos norteadores expedidos pela Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia (SEECT).

O uso das telas foi necessário após a chegada da pandemia da COVID-19, sendo a solução encontrada para que não houvesse a interrupção da educação em todas as etapas e níveis de ensino. Ao analisarmos alguns autores como Kuhlmann (2000) e Argollo Vieira (2020) é possível fazer uma conexão entre ambos quando seus textos discorrem em uma parte sobre a preocupação da segmentação do atendimento a criança em situação de vulnerabilidade, no qual até mesmo antes da pandemia as instituições estruturadas eram um problema para a Educação Infantil, então com a interrupção das aulas inúmeras áreas seriam afetadas, inclusive causando o aumento da fome, já que muitas crianças fazem a sua primeira refeição do dia na escola por falta de recursos em suas casas, conseqüentemente a falta de equipamento para ter acesso a essas aulas seria um outro problema a enfrentar.

É importante frisar que foram construídas medidas de emergências a fim de garantir o direito à educação, porém como sabemos existem diferentes realidades dentro de uma sala. Com a pandemia as desigualdades sociais ficaram ainda maiores, pois já existia muita desigualdade, porém agora estamos falando da tecnologia para mediar a educação, como explica Argollo e Vieira:

Essa medida que se quer emergencial é estrategicamente construída com o objetivo de garantir o direito à aprendizagem para “todas” as crianças e estudantes; porém, encobre um discurso que secundariza a centralidade da mediação entre professor e aluno em um contexto, excepcional, de crise sanitária causada pela propagação letal da covid-19 em escala global. E, tacitamente, também faz a apologia das supostas virtualidades das plataformas digitais e das metodologias de

gestão, cujo objetivo é garantir os resultados de aprendizagem nos sistemas nacionais de ensino mediante o “monitoramento em tempo real dos resultados da educação, incluindo avaliações de aprendizagem formativa”. (ARGOLLO, VIEIRA, 2020, p. 255).

Como a duração da pandemia excedeu o prazo previsto por todos, com o passar do tempo foi necessário a implementação desta dinâmica de ensino remoto. O tempo de tela foi preocupante entre as famílias e o corpo docente, já que muitas crianças não eram acostumadas a ficarem longos períodos em frente às telas, porém foi a única maneira encontrada para realização das atividades escolares.

Após o início da pandemia e ensino remoto surgem novos modos de brincar, novos grupos em grande parte a sua família, novos ambientes e formas de interagir. E de repente as crianças se veem confinadas e não apenas os seus corpos, mas confinados de experiências, de trocas com o outro e a “sala de aula” passa a ser mediada pelos pais e responsáveis, onde estes recebem as instruções das brincadeiras que estimulam a criança, e novamente nos deparamos com um enorme desafio, que nos levantam alguns questionamentos como: Quantos alunos tem a presença ativa dos seus pais na sua vida? Quantos pais têm tempo para brincar com seus filhos? Quantos pais têm paciência para ensinar seus filhos? Quais brincadeiras eram propostas para esse período da escola? eram viáveis? Infelizmente mesmo nesse período muitos pais ainda eram obrigados a trabalhar para manter a casa e não conseguiam auxiliar seus filhos nesse momento de aula. Sabemos que cada criança possui um tempo de aprendizagem e com isso a importância da presença dos pais nesse momento é de extrema importância.

Contudo, a importância de muito estudo para trabalhar diferentes estratégias com as crianças de hoje (PASTORE, 2020). Com tantas problemáticas surgindo as questões sociais vieram à tona havendo uma busca mais contínua por soluções, então Pastore vai nos dizer:

Permanece urgente e necessário pensar e repensar os modos como as crianças e suas realidades, entendidas a partir de contextos específicos, precisam integrar práticas diversas, entendendo a ação das crianças e da comunidade como fundamentais no processo e que os saberes locais, culturais e sociais devem integrar o quadro das políticas, estudos e pesquisas no âmbito das infâncias e nas questões sociais. (PASTORE, 2020, p. 140).

As telas nunca irão substituir as salas de convivência, pois através da convivência é adquirida experiências únicas que gerarão conhecimento e serão

levadas para a vida inteira, o espaço de convivência possibilita a troca de experiências, a liberdade e autonomia. Com o ensino a distância, a disciplina e o poder dos adultos manifestaram-se na criança pois nesse momento os familiares impuseram os pontos mencionados com o objetivo de acompanhar, exigir, controlar a aprendizagem rumo a uma racionalidade produtiva, desvendando a incompreensão e a artificialidade das práticas e técnicas adotados pelos professores.

4. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Este capítulo é destinado aos resultados da busca por tcc's que tivessem relevância para o tema e pudessem trazer um embasamento para a pesquisa.

No primeiro momento da pesquisa foi dedicado a busca e análise de TCC 's que tratassem de temas relacionados e que pudessem subsidiar o presente trabalho através da biblioteca central da UFPB. O segundo momento foi direcionado para as leituras e reflexões que iriam contribuir para a construção do projeto.

Várias pesquisas foram desenvolvidas e concluídas no âmbito da Educação Infantil (DIDONET, 2001; BRASIL, 1988; SARMENTO; PINTO, 1997; SGUITTA, 1997; KRAMER, 1995; PRIORE, 1999; PRIORE, 2000; PHIPPE ÁRIES, 1981). E outras pesquisas estão em andamento no que diz respeito ao período pandêmico. (Quadro 1)

Os critérios utilizados para filtrar os trabalhos encontrados foram analisar os títulos e resumos. Foram utilizadas algumas palavras chaves para a pesquisa na biblioteca central para que pudessemos encontrar os trabalhos, na primeira pesquisa as palavras chaves foram: Educação Infantil; pandemia e práticas pedagógicas, e com essa pesquisa encontramos dois trabalhos. Porém, um deles foge do contexto que procuramos, pois, é relacionado a residência pedagógica em dança na Educação Infantil, o outro trabalho relacionado ao tema está descrito no quadro a seguir:

Quadro 1- Os desafios da prática docente na Educação Infantil no período de pandemia.

AUTOR	PUBLICAÇÃO	ANO
Lyzandra Kárenn Frazão Nascimento	Os desafios vivenciados na Prática Pedagógica docentes da educação Infantil no período Pandêmico	2022

O texto traz uma análise sobre os desafios enfrentados por 08 (oito) professoras do CREI (Centro de Referência em Educação Infantil Antônio de Sousa Maranhão Júnior) nas suas práticas pedagógicas na Educação Infantil no período da pandemia. Diante deste cenário ela apresentou três pontos que foram desafiadores para as professoras, sendo eles: A dificuldade para adaptação e uso das ferramentas tecnológicas nas aulas; A participação da família no processo de aprendizagem das crianças e as condições socioeconômica de alguns alunos.

Uso das ferramentas tecnológicas por ser algo novo e por ter pego a todos de surpresa, foi um desafio enorme para alguns professores. Primeiramente, por não saber como utilizá-los e por isso a dificuldade em saber como torná-las atrativas para as crianças, diante desse “novo normal” nesse processo de adaptação e aprendizagem. A falta de preparo foi um ponto agravante nesse processo, além de despertar o senso de urgência da implementação transversal das tecnologias no currículo dos cursos, inclusive nos de licenciatura. Outro ponto observado é que as diretrizes utilizadas nas aulas remotas são baseadas em teorias distantes da realidade do cenário educacional Brasileiro o que fez o desafio ser ainda maior. Com isso, vemos a importância de um treinamento, uma formação continuada com foco no desenvolvimento do uso das ferramentas tecnológicas. Além disso, requer por parte dos educadores, uma reflexão sobre as suas práticas pedagógicas para que possam torná-la cada vez mais efetiva e eficaz.

Participação da família no processo de aprendizagem no período da pandemia e das aulas remotas: A implementação do ensino remoto e a adaptação do “novo normal” só tornou ainda mais evidente a importância da participação da família no processo de aprendizagem das crianças, pois é indiscutível o papel predominante dos pais no aprendizado dos seus filhos, sendo a família o primeiro grupo de convivência no qual a criança está inserido.

Alguns pais não conseguiam estar presentes ou acompanhar as atividades remotas, por trabalharem o dia inteiro, por não ter uma internet tão boa ou até mesmo por não fazer uso dela, a falta de aparelhos ou ter somente um aparelho para vários filhos, foram alguns dos problemas recorrentes nesse período. Por outro lado, também existem pais desinteressados e que não estavam presentes na vida escolar do filho, o que é um problema sério, mas mais “normal” do que se imagina e essa ausência influenciou e influencia negativamente, no desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Condições socioeconômicas dos alunos as desigualdades sociais no Brasil sempre foram muito visíveis, mas a pandemia tornou-a ainda mais evidente. Diante da adaptação das aulas para a modalidade remota, muitas famílias sentiram o peso das desigualdades sociais, pois, enquanto algumas famílias mesmo com todas as dificuldades para adaptação nesse “novo normal”, possuíam os recursos necessários para essa mudança, outros sequer tinham o que comer em casa já que dependiam da merenda escolar para se alimentar e com as escolas fechadas ficaram sem alimento,

para essas pessoas era algo quase que impossível ter recursos tecnológicos para assistir essas aulas.

Nas várias tentativas para possibilitar a formação inicial viável, o que antes eram apenas as aulas online ou com vídeos gravados, agora contava com atividades impressas, onde os vídeos serviam de suporte para a sua realização.

Usando as palavras chaves: Covid-19; Ensino Remoto e Educação Infantil encontramos 4 trabalhos descritos a seguir:

Quadro 2- A Educação Infantil e o Ensino remoto: desafios da Prática docente

AUTOR	PUBLICAÇÃO	ANO
Alane da Silva Bezerra	A Educação Infantil e o Ensino Remoto frente à Pandemia Covid-19: Desafios enfrentados por professoras em Catolé do Rocha	2021
Kamila Costa de Sousa	Reinventar a Prática Docente na Educação Infantil: Experiências de Ensino Remoto no contexto da Pandemia da Covid-19	2020
Jéssica Karolyne de Sousa Macêdo	A Perspectiva Familiar em relação ao ensino remoto na Educação Infantil durante a Pandemia da Covid-19	2021
Marly Gomes da Silva Alves	Vivências Lúdicas na Educação Infantil e o contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil (2020)	2020

A partir deste levantamento foi possível compreender e evidenciar nos textos o que aconteceu na pandemia, quais desafios enfrentados, o ensino remoto, as experiências dos educadores, quais mudanças foram necessárias e como ficaram os educadores, as crianças e as famílias nesse período.

Levando em consideração as especificidades das crianças é importante que o ensino remoto trace diretrizes que respeitem os direitos e a integridade dos alunos. Com tudo, as atividades desenvolvidas no modelo presencial de ensino precisam ser estrategicamente adaptadas com estratégias que possam trazer efetividade para a sua prática. O Ministério da Educação decidiu que o ensino infantil precisa envolver procedimentos lúdicos, e corresponder às necessidades que precisam ser fortalecidas, assim como a interação social.

Todos esses fatores foram cruciais para a definição do tema deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pois no período da pandemia dava aulas de reforço para crianças do fundamental 1 e também tinha um irmão pequeno em casa. Então, o fato de ter visto e presenciado na prática como as aulas online para as crianças pequenas eram difíceis de atender as necessidades de aprendizagem dos alunos e promover uma aprendizagem significativa me trouxeram algumas inquietações sobre o tema.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Neste capítulo podemos ver os danos e impactos causados pela pandemia da covid-19 no cenário educacional infantil da Paraíba, e quais práticas e medidas foram adotadas para que esses danos fossem minimizados e que o acesso à educação continuasse sendo um direito garantido a todas as crianças.

A BNCC afirma que as crianças têm direito de: “(...) aprendizagens e desenvolvimento - Conviver; brincar; participar; explorar; expressar; (2018, p 25)”. Promover e assegurar esses direitos diante do cenário das aulas remotas se tornou uma tarefa quase impossível.

O contexto da pandemia desencadeado pelo novo coronavírus nos motivou a compreender como a oferta e garantia do direito à Educação Infantil têm se efetivado, identificando os principais desafios enfrentados pelos docentes para o desenvolvimento do ensino para as crianças. A pandemia impactou diversas áreas e na Educação não foi diferente. De acordo com Bezerra, Veloso e Ribeiro (2021), a pandemia gerou:

[...] o distanciamento social e fechamento de estabelecimentos diversos, inclusive escolas. Mediante Portaria nº 188/2020, o Ministério da Saúde decretou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, levando Estados e Municípios a adotarem instrumentos legais e normativos para o enfrentamento desta (2021, p.02).

Para minimizar os danos causados com o fechamento das escolas, o Conselho Nacional de Educação (CNE) abriu um parecer (nº 5/2020), para que o calendário escolar fosse reorganizado, com isso, inúmeras fragilidades do cenário educacional vieram à tona. Como: a falta de preparo dos professores para lidar com as ferramentas tecnológicas na implementação das aulas remotas. Então, a necessidade de uma formação focada nessa competência.

De acordo com Cordeiro (2020, p. 02):

A dúvida de professores, especialistas e sociedade é como fazer para garantir aulas aos alunos no período de isolamento social, pois nenhum sistema estava preparado para uma pandemia de tamanha proporção que assolou o mundo no início do ano de 2020, o que levou a uma paralisação mundial. Assim, as soluções de ensino remoto através da utilização da tecnologia digital são extremamente importantes para enfrentar as demandas emergenciais, mas alertou seus efeitos limitados.

Educar em épocas comuns já tem sido um grande desafio, que requer muito tempo, esforço e dedicação. O professor é uma peça fundamental no processo de aprendizagem e por isso deve renovar suas formas de lecionar constantemente, e diante da pandemia isso se tornou cada vez mais necessário, visto que o professor é a ponte entre o aluno e o conhecimento. Neste cenário, a situação exige ainda mais desses itens, sendo necessário rever formas de trabalhar com os campos da experiência previstos na BNCC (2017), que sofreu com o agravante da não convivência presencial das crianças no espaço escolar.

O início das aulas remotas trouxe inúmeros desafios, diante disso, foi necessário repensar as práticas pedagógicas para que as mesmas pudessem proporcionar às crianças a formação baseada nos eixos norteadores da BNCC. Inicialmente os professores foram orientados a realizar suas aulas através de vídeos autoexplicativos, que seriam enviados via WhatsApp e atividades impressas, em modelo de portfólio que seriam elaboradas e entregues semanalmente ou mensalmente aos responsáveis dos alunos na escola e seriam realizadas com a ajuda dos vídeos e o auxílio dos pais. Após um período do início do ensino remoto, foi pensado na elaboração do CAC (cadernos de atividades curriculares) desenvolvidos pela secretaria de Educação para cada nível da Educação Infantil que seria universal para todas as escolas públicas. Sendo esse, mais um desafio para os educadores, pois esses cadernos de atividades eram baseados em um “nível médio”, não levando em consideração a hegemonia que temos dentro de uma sala de aula, sabendo que em uma mesma série, existem vários níveis, levando em consideração que cada criança tem um tempo de aprendizado.

Vendo a dificuldade para resolução das atividades os professores tiveram que pensar em novas estratégias que fossem efetivas nesse processo e que pudesse de fato promover uma aprendizagem para as crianças. Apesar das intenções presente nas orientações da OMS (Organização nas práticas educativas de ensino remoto desenvolvidas pelas escolas e professoras foi possível constatar, que a interação que se esperava construir entre escola e família não tem atendido as expectativas, tão pouco conseguido garantir que as crianças tenham acesso aos seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento estabelecido pela BNCC (BRASIL, 2017) que são: Brincar, conviver, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

O que tem se percebido é que o ensino remoto no contexto da pandemia tem se dado muito mais como um repasse de conteúdos para que as famílias trabalhem e

desenvolvem com as crianças, do que efetivamente uma prática educativa, além das desigualdades sociais presentes entre as famílias, que as excluem quando não possuem o recurso tecnológico utilizado para o ensino remoto, ou quando também não dispõem de internet para acompanhar e desenvolver em casa o ensino das crianças.

Para Coutinho e Côco (2020, p. 10), a Educação Infantil em tempos de pandemia: Exige das professoras dominar meios, planejar e propor atividades sem terem condições para tal e requerem das famílias se ocuparem de uma tarefa que não é sua (pela natureza pedagógica do trabalho educacional) e disporem de meios que estão ausentes em grande parte dos lares brasileiros. Segundo Bernardinho, 2011 a escuta de histórias estimula a imaginação, educa, instrui, desenvolve habilidades.

Agora o desafio seria promover uma educação efetiva e significativa diante deste cenário, fazendo com que essas atividades fossem realizadas e devolvidas à escola e gerassem a participação e o desenvolvimento das crianças. Assim, as práticas pedagógicas foram sendo adaptadas seguindo as orientações da BNCC (2017). Agora algumas aulas eram desenvolvidas por meio de plataformas com aulas ao vivo, como meet e zoom, porém nem todos os pais sabiam como funcionavam esses recursos e outros não tinham acesso a aparelhos para que essa conexão fosse possível.

Mas quando se trata de aulas que acontecem externamente, a sensibilidade do professor deve ser ainda maior para entender quais são as limitações existentes no contexto da criança e que a impedem de vivenciar as sugestões pedagógicas que chegam através do grupo de WhatsApp até seus familiares. Para desenvolver a docência, os professores tiveram que mobilizar diferentes tipos de saberes que constituem o conhecimento docente (TARDIF, 2000), necessários ao desenvolvimento de sua prática docente e implementação por meio do ensino a distância.

O conhecimento pedagógico é o conhecimento que o professor cria no seu trabalho diário e que constitui a base da sua atividade docente. Ou seja, é um conhecimento que permite ao professor interagir com seus alunos em sala de aula no contexto da escola em que atua... A prática docente é ao mesmo tempo a expressão desse conhecimento pedagógico construído e a fonte do seu desenvolvimento (AZZI, 2005, p. 43).

Em todo esse processo percebemos que a utilização de músicas infantis, seja nas aulas gravadas por meio dos vídeos, ou as aulas online por meio de plataformas digitais foram de extrema importância para o ensino de aprendizagem das crianças, a contação de história e experiências com artes também foi um ponto positivo nesse processo. Propondo também a utilização de brinquedos e materiais encontrados em casa para uma resolução mais lúdica das atividades instigando a criatividade dela.

O incentivo ao lúdico foi primordial nesse momento de isolamento, pois a tensão causada pelo vírus impactou negativamente o lado emocional e mental das pessoas, mesmo promovida à distância a criança reencontra a sua identidade, fortalecendo as suas emoções, diminuindo a distância causada pelo isolamento. Incluir os pais nesse processo com o fazer pedagógico e fazê-los ter uma maior interação com os seus filhos, foi um processo complicado em muitos casos, porém muito promissor em outros, pois ajudou na concretização das atividades, além de melhorar o relacionamento entre família, aluno e escola. Ajudar o filho a colorir desenhos, a recortar figuras de livros velhos e fazer colagens, são ações que os pais passaram a acompanhar mais de perto, com entusiasmo.

Outra proposta foi utilizada pelo governo quando a pandemia se estabilizou um pouco e as exigências foram cumpridas pelas escolas, além do Ensino Remoto Emergencial, foi oferecido o “Ensino Híbrido (EH)”. Tal modalidade proporcionou aos alunos aulas nos dois formatos “presencial e online”. Dessa maneira este ensino tem como finalidade unir a sala de aula ao ensino remoto, unificando as duas realidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento do ser humano individual e coletivo. Sua importância abrange diversas áreas como: o desenvolvimento pessoal, econômico, social e cultural. Portanto, a educação é uma ferramenta poderosa na transformação de vidas e da sociedade e o acesso à educação de qualidade é um direito fundamental e uma necessidade para o desenvolvimento global. Então, problematizar a realidade Educacional tornou-se uma necessidade atual, pois as experiências de ensino remoto desenvolvidas em diversas escolas do país, só revelam problemáticas ainda não superadas pela sociedade brasileira, como a gritante desigualdade social existente entre inúmeras famílias, que impossibilitaram o desenvolvimento com qualidade, diante das aulas remotas.

Evidenciamos alguns pontos nesse trabalho, a falta de preparo dos docentes com relação a utilização de ferramentas tecnológicas e para torná-las atrativas para o ensino infantil e também o tempo de oferta da tela para crianças.

A pandemia impactou a vida de todos, roubou tempo da infância que não volta mais, professores se reinventaram, incansáveis esforços por parte da família e escola para que diminuísse o máximo possível as perdas no processo de desenvolvimento da criança, deixando claro o papel essencial e insubstituível que a sala de convivência tem na vida das crianças. Agora cabe a todos fortalecer, criar meios para se conectar e criar vínculos afetivos, de modo que possibilite o retorno da aprendizagem e desenvolvimento de maneira correta na vida infantil.

Espera-se que a partir das propostas e vivências durante a pandemia e agora pós-pandemia na Educação Infantil no Brasil caminhe junto com as mudanças sociais, e integre a utilização das novas tecnologias, a fim de auxiliar de maneira crítica, inventiva, construtiva e lógica no contexto da sala de convivência para as crianças da primeira etapa, buscando ser mais leve a adaptação caso a situação volte a acontecer.

O estudo sobre o tema não acaba por aqui, pois o vírus também não deixou de existir, surgem novas cepas, o medo do contexto pandêmico voltar é real e diário, fazendo necessário o constante estudo e atualização do ensinar remotamente, mas também aproveitar todos os dias a oportunidade de ter as crianças na sala de convivência presencialmente.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, I. G. Prática pedagógica na educação infantil. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Acesso Ago. 2023. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/pratica-pedag-gica-na-educacao-infantil/>

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Na Educação Infantil. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2019b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010. Acesso em Julho de 2023. Disponível em : http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

SARMENTO, M. J.. A Sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos. In: **A sociologia da infância e a formação de professores**. Romilda Teodora Ens e Marynelma Camargo (orgs). Curitiba: Champagnat, 2013. p.13-43. Acesso em Agosto de 2023. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t>

HYPERLINK

"<http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved>" &

HYPERLINK

"<http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved>" [rct](#)
≡ HYPERLINK

"<http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved>" &
HYPERLINK

"<http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved>" [g=](#)
HYPERLINK

"<http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved>" &
HYPERLINK

"<http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved>" [es](#)
[rc=s](#) HYPERLINK

"<http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved>" &
HYPERLINK

["http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved" source=web](http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved) HYPERLINK

["http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved" &](http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved) HYPERLINK

["http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved" cd](http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved) HYPERLINK

["http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved" &](http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved) HYPERLINK

["http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved" cad=rja](http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved) HYPERLINK

["http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved" &](http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved) HYPERLINK

["http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved" uact=8](http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved) HYPERLINK

["http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved" &](http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved) HYPERLINK ["http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved" ved](http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&cad=rja&uact=8&ved) HYPERLINK

G1 PARAÍBA. Governo da PB define plano de retorno das aulas presenciais nas escolas, mas sem data prevista. 2020.

Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/09/25/governo-da-pb-define-plano-de-retorno-das-aulas-presenciais-nas-escolas-mas-sem-data-definida.ghtml> . Acesso em: 06 ago. 2023

IN.GOV.BR. Diário Oficial da União. 2020.

Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GANDRA, Alana. Empresas adotam Home-Office por conta do Coronavírus. Rio de Janeiro: Agência Brasil, mar. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/empresas-adotam-home-office-por-conta-do-coronavirus>. Acesso em: 14 set. 2023. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/n...>

QUEIROGA, Fabiana. Orientações para o Home Office Durante a Pandemia da Covid-19. Porto Alegre: Artmed, 2020.

BRASIL. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a Substituição das Aulas Presenciais por Aulas em Meios Digitais Enquanto Durar a Situação de Pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>.

Acesso em: 03 set. 2023.

<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portar...>

VERCELLI, Ligia de Carvalho Abões. Aulas remotas em tempos de COVID-19: a percepção de discentes de um programa de mestrado profissional em educação. Revista @ambienteducação, São Paulo. V 13 n. 2, p.47-60, set/out. 2023.

ALVES, Lynn. Educação Remota: entre a ilusão e a realidade. Interfaces Científicas: educação, Aracaju, v. 8, n.3, p. 348-365, out. 2023.

ATHAYDE, Selma Cunha Ribeiro. A infância e suas concepções na sociedade e na Educação Infantil. In: FARIA, Evangelina Maria Brito de. (Org.). A criança e as múltiplas linguagens. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009. p. 19-33

COHN, C. Noções sociais de infância e desenvolvimento infantil. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. 13-26, 2000. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v9i9p13-26. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/53068>. Acesso em: 2 out. 2023.

BEZERRA, Narjara Peixoto Xavier; VELOSO, Antonia Pereira; RIBEIRO, Emerson. Práticas Educativas, Memórias e Oralidades. Rev. Pelo, Fortaleza, v. 3, n. 2, e323917, 2021

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. O impacto da pandemia na educação: a utilização da tecnologia como ferramenta de ensino. 2020.

MONOGRAFIAS BRASIL ESCOLA. A história das creches. 2020.

Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-historia-das-creches.htm#:~:text=ESCOLA%20INFANTIL%20%2D%3E%20criada%20em%201816,dos%2010%20aos%2020%20anos>. Acesso em: 02 nov. 2023